


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 05 de dezembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1006449-16.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: Adriana Leme Rodergues  
Requerido: Banco Bradesco

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

ADRIANA LEME RODRIGUES, qualificada nos autos, promove contra BANCO BRADESCO S/A a presente ação ordinária alegando, em resumo, que é correntista junto ao requerido; que teve bloqueado em sua conta a importância que menciona proveniente do seu salário para pagamento de débito; que o bloqueio foi indevido e não pode ser mantido. Pede o acolhimento da ação para esse fim.

O requerido contestou a ação aduzindo que falta a autora interesse de agir; que o débito se refere a cédula de crédito bancário subscrita pela autora; que a providência foi legal. Pede a improcedência da ação (fls.22/27).

É o relatório.

Passo a decidir.

**1006449-16.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

A falta de postulação administrativa por parte da autora não pode inibir o seu direito de formular pretensão judicial sob pena de violação do contido no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal.

No mais, a pretensão inicial procede.

Com efeito, o requerido não nega a realização da providência impugnada sustentado que teve origem em débito da autora decorrente de cédula de crédito bancário.

Contudo, intimado para demonstrar que houve autorização por parte da autora para a providência inerte permaneceu.

Essa circunstância torna legítima de reclamar a liberação do valor utilizado para a quitação do débito.

Diante do exposto, julgo procedente a ação e condeno o requerido cancelar o lançamento impugnado e promover a liberação do valor bloqueado e objeto do pedido inicial de forma imediata sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

O requerido arcará, ainda, com o pagamento das custas processuais e, honorários de advogado ora fixados em R\$ 600,00 (seiscentos reais) na forma do artigo 85 §8º do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Araraquara, 05 de dezembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA